

A. I. Nº - 232143.0014/12-3
AUTUADO - JOSÉ ANANIAS SANTANA RAMOS
AUTUANTE - MILTON ANUNCIÇÃO DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ SENHOR DO BONFIM
INTERNET 25.06.2013

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0124-04/13

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 18/09/2012, exige multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$13.758,07, através da seguinte infração: *“Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) sujeita(s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, conforme Demonstrativos de Débitos, Cópia do Registro de Entradas do exercício fiscalizado e cópia das respectivas Notas Fiscais e Requisição das mesmas no Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito (CFAMT)”*.

O autuado apresenta peça defensiva de fls. 99 a 100, inicialmente, afirma que o Auto de Infração deve ser julgado improcedente, pois todo o conteúdo, inclusive as quantias consignadas são na verdade de notas fiscais lançadas e registradas, sendo indevida a multa aplicada.

Protesta por todos os meios de provas em direitos admitidos, especialmente a posterior juntada de novos documentos e, se for o caso, a reabertura do prazo de defesa, caso seja apresentado novo documento pela fiscalização.

Requer a Improcedência em sua totalidade.

O autuante presta informação fiscal, fls. 105 a 106, informa que o Auto de infração em lide foi lavrado em 18/09/2012 e originou-se pela **Falta de Registro na Escrita Fiscal**. É composto dos demonstrativos de Débitos (fls. 05 a 13); Conta cópia do Registro de Entradas (Autenticado) deste período fiscalizado (fls. 14 a 20); Cópia da requisição dos registros de controle fiscal automatizado de mercadorias em trânsito (CFAMT) às fls. 21 a 23; e respectivas notas fiscais como prova material objeto desta autuação (fls. 24 a 92).

Afirma que o Autuado recebeu também a cópia de todas as notas fiscais; dos Demonstrativos de Débitos em Arquivos Eletrônicos (fl. 93) acompanhados de um CD-R (fl. 93 verso), contendo 10 arquivos autenticados. Tudo Constatado na Fiscalização do Simples Nacional, conforme Ordem de Serviço sob nº 507986/12 e períodos fiscalizados de 01/01/2008 a 31/12/2008, na INFAZ Senhor do Bonfim.

Sustenta a infração que está devidamente fundamentada no Art. 322 incisos e parágrafos do RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.84/97 e 42, IX, da Lei nº 7.014/96. Pede pela Procedência do Auto de Infração.

VOTO

No mérito, o Auto de Infração em lide aponta que mercadorias ingressadas no estabelecimento não tiveram os respectivos documentos fiscais registrados na escrita fiscal, sendo ditas mercadorias sujeitas à tributação. Por tal irregularidade o auditor fiscal sugeriu a multa especificada na Lei nº 7.014/96, no art. 42, inciso IX.

As notas fiscais objeto da atuação foram capturadas no CFAMT – Controle de Fiscalização Automatizado de Mercadorias em Trânsito - e estão anexas nas fls. 24 a 92 do PAF, tendo o

autuado recebido cópias, bem como dos demonstrativos de débitos em arquivos eletrônicos (fl.93).

Constitui-se em obrigação acessória do contribuinte do ICMS o registro em seus livros fiscais, de todos os documentos pertinentes às suas aquisições de mercadorias, consoante o art. 322, incisos e parágrafos do RICMS/97, e o seu descumprimento implica na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 7.014/96.

Na presente situação, cópia do livro Registro de Entrada foi anexada, fls. 14 a 20 do PAF, o que comprova a falta da mencionada escrituração dos documentos fiscais objeto da autuação.

Apesar de o contribuinte ter alegado que as notas fiscais estavam registradas no RE, nada trouxe para comprovar sua assertiva; neste caso aplico o art 143 do RPAF/99:” A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal”.

Infração não elidida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232143.0014/12-3**, lavrado contra **JOSÉ ANANIAS SANTANA RAMOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$13.758,07**, prevista no art. 42, IX, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de junho de 2013.

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR